

A HISTÓRIA DO ELAS PELO MPMG

Hosana Regina Andrade de Freitas
Maria Clara Costa Pinheiro de Azevedo

Sempre quando pensamos no que representa o Ministério Público, quase que automaticamente, nos vem à mente a ideia de “Guardião da Constituição”. Mas, para que possamos, de fato, merecer tão honroso título precisamos, diariamente, fortalecer a luta pela efetivação dos princípios constitucionais. Todavia, não é incomum percebermos que ainda engatinhamos quando o tema é a questão de gênero.

Tal discussão por muito tempo ficou alijada do âmbito institucional. Todavia, há cerca de dois anos, este tema vem ganhando corpo. A provocação sobre a diferença numérica entre homens e mulheres na nossa instituição foi trazida à baila pela subscritora Maria Clara Azevedo durante a campanha para eleição ao cargo de PGJ do ano de 2016.

Na oportunidade, em razão das visitas dos candidatos ao cargo de Procurador-Geral às comarcas do interior, foi feita indagação acerca de eventual política interna para a valorização da participação feminina na gestão do MPMG. A resposta quase uníssona foi no sentido de que os candidatos convidavam mulheres, mas essas não aceitavam as funções ofertadas. Todavia, nenhum dos candidatos apresentava propostas concretas ou planos de atuação para minimizar a diferença numérica entre homens e mulheres nos cargos decisórios. Tal fato demonstrou que o tema “igualdade de gênero”, tão caro no plano constitucional, sendo, inclusive, um dos objetivos fundamentais da República, era invisibilizado dentro da Instituição, que tem como função a defesa dos referidos objetivos constitucionais.

Externamente, nossa Instituição tratou e trata do tema com projetos específicos, como a formação de Promotoras Populares de Defesa Comunitária e Diálogos com Mulheres Negras, ambos elaborados pelo CAODH, com o incentivo à participação política feminina no âmbito eleitoral, além do trabalho da Coordenadoria da Violência Doméstica contra a Mulher, de uma forma geral. Mas, internamente, o tema sequer era aferido, muito menos discutido.

A partir de tal inquietação Maria Clara Azevedo convidou a autora Hosana Regina Andrade de Freitas e as colegas de concurso Daniela Campos e Maria Carolina Beraldo para elaborar uma tese sobre a desigualdade de gênero dentro do MPMG e apresentá-la no XX Congresso Nacional do Ministério Público que aconteceria em Belo Horizonte. Posteriormente,

foram feitos contatos com colegas de outros estados, a Procuradora de Justiça Mônica Louise do Paraná e a Promotora de Justiça Ana Teresa de Freitas do Maranhão, que aderiram à ideia.

Com o auxílio do Colégio das Escolas Superiores do Ministério Público – CDEMP, conseguimos dados de 14 estados da Federação e, a partir de então, pudemos concretizar em números a constatação que já existia no plano empírico: para além de sermos minoria dentre os membros (com exceção dos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia), somos minoria absoluta nos cargos da Administração Superior.

Ocorre que, a construção desses dados inéditos não foi nada simples. Aliás, a dificuldade na consecução dos dados sobre a questão de gênero nos Ministérios Públicos dos estados diz por si só. A desigualdade entre homens e mulheres nas Instituições Ministeriais é um tema tão invisível que nenhum dos estados com os quais fizemos contato possuía sequer o quantitativo de homens e mulheres membros, sendo que em todas as ligações nos foi solicitado um prazo para computar os números. Tal fato demonstra que a questão de gênero *interna corporis*, até idos de 2016, nunca tinha sido sequer questionada formalmente.

Questionar faz parte da atividade da Promotora de Justiça. E mais que isso: é necessário questionar para diminuir desigualdades.

A apresentação da tese “Diagnóstico e Perspectivas da Desigualdade de Gênero nos Espaços de Poder do Ministério Público: santo de casa não faz milagre?” foi um marco muito importante para que nós mesmas e também outros colegas pudessem perceber a enorme diferença da participação dos homens e das mulheres tanto na Instituição, quanto na sua Administração.

Após esse marco temporal, várias colegas começaram a abordar o tema conosco. Incentivadas por esses contatos das colegas, surgiu um pequeno grupo visando trazer à tona a importante questão da participação feminina também no MPMG, em especial, nos cargos decisórios. Para viabilizar a interação entre essas Colegas, foi criado um grupo, que se comunica por meio de *whatsapp*, que atualmente é denominado **Elas pelo MPMG**.

Através desse grupo, passamos a realizar convites a outras colegas, despertando para a importância da discussão sobre o tema invisibilizado pela falsa crença de que a mulher não quer participar da política institucional, discussão essa pertencente a um universo complexo que precisa dialogar com as deficiências na formação política do povo brasileiro independente de sexo, mas também como reflexo interno do movimento em defesa da participação

feminina que é identificado nos mais diversos segmentos sociais, do qual o Ministério Público não pode estar institucionalmente alheio.

As únicas condições para fazer parte do grupo são ser mulher integrante do MPMG e expressar sua concordância com a inserção neste grupo antes de ser adicionada, para, assim, respeitar a esfera privada de comunicação da colega. Atualmente, todas as participantes são administradoras. Sempre que uma colega é adicionada, a integrante que procedeu a inclusão, copia e cola nossa mensagem de boas vindas:

“Querida Colega Mineira,

Sempre que alguém é adicionado, mandamos essa mensagem padrão para explicar o propósito do grupo. Dessa forma, quem não tiver interesse no tema logicamente poderá se retirar, sem nenhum juízo de valor por parte de quem ficar. A ideia é identificarmos outras Colegas que, como nós, pretendem discutir o tema. Atualmente, somos mais de 100 nesse grupo que, ao menos por ora, é formado somente com membros do gênero feminino na ativa. Ainda não contamos com pensionistas nem homens feministas.

Contextualizando: a questão sobre a maior participação de mulheres nos órgãos de decisão do MPMG, não só na Administração Superior, mas também na AMMP, CGMP e CSMP, acabou motivando que um grupo de seis Colegas escrevessem uma tese sobre o tema para o Congresso Nacional do MP de 2017, organizado pela CONAMP. Logo após, por convite da ENAMP, apresentamos a tese no IV Encontro Nacional do MP: Pensamento Crítico e Práticas Transformadoras, em outubro de 2017.

A partir de então, passamos a conversar sobre essa questão em um grupo de WhatsApp organizado pela Gabriela Mansur do MPSP e trocar informações sobre a necessidade de potencializar a participação feminina nos órgãos de decisão do MP Brasileiro. Se quiser fazer parte desse grupo, é só manifestar que passamos o contato e pedimos a inclusão.

Em Minas Gerais, criamos esse grupo com vistas a fomentar essa discussão localmente, quando então resolvemos começar a mobilização pela criação da Diretoria da Mulher na AMMP, tal como feito em SP e PR, para que se crie um espaço de reflexão sobre a Promotora/Procuradora de Justiça e sobre como desconstruir discursos de machismo tão arraigados que sequer nós, mulheres, percebemos, como: “elas que não querem assumir cargos porque preferem ficar mais tempo com a família”.

Se ainda não leu e se interessar, a tese mencionada pode ser acessada pelo link:

<https://congressonacional2017.ammmp.org.br/public/arquivos/teses/55.pdf>

Participamos do Congresso Estadual do MPMG, no dia 30/08, 16h15min, em BH, com o painel “Elas pelo MPMG” em que duas Procuradoras de Justiça e três Promotoras de Justiça (uma de cada entrância) falaram um pouco sobre sua experiência de vida. O objetivo foi potencializar a sororidade.

Nos dias 21 e 22 de setembro será realizado o II Encontro Nacional de Mulheres do Ministério Público, em BH, na PGJ. Será uma grande oportunidade para nos conhecermos melhor, trocar experiências com colegas de diversos MPs e aprofundarmos as discussões. Participe! Link para inscrição: <https://goo.gl/forms/ig9A959lXNr5ylwq1>

Todas as opiniões e pontos de vista são bem-vindos. Contudo, para que este seja um espaço plural, livre, seguro e inclusivo, temos algumas regras fundamentais:

a) Por sororidade, lealdade e respeito às pessoas e ao próprio Movimento, as integrantes não divulgam conversas ou áudios relativos ao grupo;

b) Nos expressemos, ou pelo menos tentamos nos expressar, de forma respeitosa e não violenta, sem personalizar a discussão das ideias;

c) O Movimento e este grupo não devem ser utilizados como apoio a qualquer candidato ou candidata. Estamos em busca do exercício de direitos (e não de obtenção de favores) e precisamos manter o caráter agregador;

d) Precisamos todas sermos transparentes umas com as outras e com o nosso Movimento, que deve buscar a união não apenas das mulheres como de todos os membros do MPMG.

Bem-vinda, Colega!

O Elas Pelo MPMG se tornou um movimento feminista que se apresenta como um conjunto de ações de um grupo de pessoas mobilizadas para o mesmo fim: a participação de ambos os gêneros de



forma equânime e democrática, em qualquer cargo do MPMG, com a intenção de que sejamos, realmente, um reflexo da sociedade que pretendemos defender.

Visamos ainda romper o paradigma de uma instituição historicamente masculinizada e demonstrar a importância do olhar e do entendimento feminino dentro da nossa instituição.

Para tanto, é necessário maior compreensão por parte de todos acerca da participação feminina no MPMG, uma vez que muitos ainda não visualizam tal fato como um problema e entendem que a ausência feminina se dá “porque as mulheres não se interessam”.



Desmitificar essa questão exige esforço que conjuga estudos, realização de eventos, defesas de teses, levantamento de dados, tudo isso no intuito de demonstrar que a ausência feminina vai muito além da falta de interesse e engloba questões sociais, históricas e políticas.

O Movimento Elas Pelo MPMG pretende trazer todas essas questões à tona, mas o que parece simples, nem sempre o é. Os desafios são muitos e entraves fazem parte do caminhar.

A caminhada é longa e difícil, já estamos cientes. Por isso pensamos como uma das medidas iniciais de maior importância realizar o levantamento de dados mais específicos e em maior número para dar mais visibilidade à questão.

E já encontramos respaldo e resultados. O CNMP determinou um levantamento nacional de dados acerca da questão de gênero, que se consolidou no Projeto Cenários¹.

Ao ser consultada, nossa Corregedoria-Geral realizou entrevista com as responsáveis por teses do MPMG acerca da questão da desigualdade de gênero, dando maior visibilidade ao nosso grupo e ao trabalho realizado no âmbito local.²

Outro importante momento de consolidação do Movimento foi o XII Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte, no ano passado. Nessa oportunidade, foi realizado o painel do “Elas pelo MPMG”, com a apresentação

de experiências de relevantes contribuições dentro da nossa Instituição, expostas pelas Dras. Ruth Lies Scholte Carvalho, Elaine Martins Parise, Ana Gabriela Brito Melo Rocha, Shirley Machado De Oliveira, tendo como mediadora a Dra. Danielle de Guimaraes Germano Arlê, no intuito de sensibilizar a todos e todas para a participação feminina nas mais diversas áreas da nossa Instituição.

No mesmo evento, além do Painel do Movimento Elas Pelo MPMG foi apresentada a tese Igualdade de Gênero por um Ministério Público 50-50 até 2030, de autoria da Colega Andressa de Oliveira Lanchotti e da analista Liliane Tavares Oliver, oportunidade em que a Colega Renata de Andrade Santos trouxe à discussão entendimento contrário à tese ora defendida.

Ocorre que, apesar de todas as ações já realizadas, ainda não possuímos dados suficientes para apontar se haveria apenas uma ou mais causas a justificar a pouca participação feminina nos cargos de poder.

Para verificarmos os efetivos fundamentos dessa ausência, solicitamos a realização de pesquisa pela AMMP – Associação Mineira do Ministério Público – para coleta de dados e elaboração do perfil da atual mulher Promotora e Procuradora de Justiça, no intuito de que possamos concluir e trabalhar as causas indicadas. Entretanto, até meados de janeiro, quando o presente artigo foi encaminhado para edição, ainda não havia deliberação acerca do requerimento.

A partir do referido movimento surgiu também um grupo de estudos do “Elas pelo MPMG”, que tem como foco reflexões acerca do tema feminismo e também desmistificar as vinculações do feminismo com ideologias políticas.

Muitas integrantes do Elas pelo MPMG participam do Movimento Nacional das Mulheres do Ministério Público Brasileiro, sendo que Belo Horizonte sediou, em setembro de 2018, o II Encontro Nacional de Mulheres do Ministério Público Brasileiro, oportunidade em que foi divulgada a Carta de Belo Horizonte.

Ainda precisamos avançar. Após a elaboração da pesquisa acerca das causas, surge a possibilidade de realização de eventos para trabalhar a reversão das mesmas.

O Elas Pelo MPMG está aberto a promover esses avanços, em especial, por meio do trabalho de sensibilização e informação, contando com a contribuição de todos para a equidade de gênero em todos os âmbitos da Instituição, com o aproveitamento das potencialidades de todas e todos.

¹ <http://www.cnmp.mp.br/portal/noticias-cddf/11327-cnmp-apresenta-dados-relativos-a-desigualdade-de-genero-no-ministerio-publico>
² CGMG Informa. Edição n. 9 – abril – 2018 Periódico da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais